

Engano quase prejudica desindexação

Roberto Stuckert Filho

Lei poderia ter cancelado efeito da nova MP

LEISE TAVEIRA
E NELSON TORREÃO

BRASÍLIA — O Governo correu o risco de editar a medida provisória da desindexação da economia e vê-la revogada assim que a MP do Real fosse transformada em lei, com sua aprovação pelo Congresso. A trapalhada foi evitada a tempo. Providenciou-se a aprovação da MP do Real — que vinha sendo adiada desde o ano passado — a toque de caixa e se programou para amanhã a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que deveria ter aprovado ontem as medidas que vão regulamentar a desindexação no mercado financeiro.

O “princípio da intemporalidade” prevê a extinção de um dispositivo legal por outro, sobre o mesmo assunto, publi-



Congressistas discutem a aprovação da medida provisória do Real

cado posteriormente, mas só ontem o Ministério da Fazenda se deu conta disso. O líder do Governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS), disse que só anteontem fora avisado de que a não-aprovação da MP do Real poderia prejudicar os próximos passos do plano.

A MP do Real criou, por

exemplo, o IPC-R, índice que reajusta os salários, enquanto a MP da desindexação vai extinguir o mesmo índice. Depois de decretar a desindexação por medida provisória, o Governo seria obrigado, por lei, a reindexá-los de novo ao IPC-R. A mesma reindexação aconteceria com os contratos financeiros.